

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2023 (Do Sr. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA)

Requer seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Defesa para prestar esclarecimentos sobre estratégias e declarações da pasta que afetam diretamente a soberania nacional.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, seja convidado o sr. Ministro de Estado da Defesa para prestar esclarecimentos sobre estratégias e declarações da pasta que afetam diretamente a soberania nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Inúmeros têm sido os sinais que o Ministério da Defesa tem enviado que demonstram entendimento polêmico acerca da defesa da soberania nacional. Por se tratarem de declarações e ações preocupantes, que vão em direção contrária ao que se espera do Ministério da Defesa, convidamos o ministro para prestar esclarecimentos a esta comissão.

A começar sobre a **declaração sobre o Brasil não precisar se armar**: em entrevista à imprensa em 11 de abril de 2023, o senhor ministro de Estado da Defesa disse: "o mundo, não sei porque, está se armando" e completou "o Brasil não vai se armar".

Diante de uma evidente necessidade de investimento nas Forças Armadas pois o percentual do PIB investido está aquém do que é



recomendado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), questiono, com base em quais informações e qual estratégia o senhor Ministro afirma não haver necessidade de o Brasil se armar? Se o contexto da guerra entre Rússia e Ucrânia, que claramente envolve pactos militares e outros países; nem tampouco o combate ao tráfico de drogas e outras atividades criminosas recorrentes em nosso continente não são razões suficientes para convencer o senhor Ministro de que é urgente que o Brasil esteja preparado para se defender adequadamente, qual a solução proposta senão se armar? Essa declaração de que o Brasil não vai se armar gera instabilidade no povo e na nação, além de saltar aos olhos dos demais países da nossa região e do sistema internacional como um todo. Por isso, indago se o senhor Ministro calculou o impacto e a repercussão internacional de sua fala. Se, segundo o senhor, o Brasil não vai se armar, quais políticas e estratégias de defesa do território e do povo brasileiro a ameaças externas o atual governo propõe?

Em viagem oficial à **China**, o presidente da República negocia a criação de um **novo satélite para monitorar o território brasileiro**, em especial a região da Amazônia. Tendo em vista que o acordo é negociado diretamente com representante do Partido Comunista Chinês, que controla a nação chinesa, questiono se o ministro da Defesa foi consultado pelo presidente da República quanto aos riscos à soberania de nosso país com tal decisão. Se sim, qual foi o entendimento do senhor Ministro dito ao presidente da República?

Conforme noticiado pela imprensa, o "entendimento entre brasileiros e chineses é de que a nova geração de aparelhos não teria funções militares". O ministro da Defesa garante que a informação é verídica? Ou seja, o novo satélite em negociação com o país chinês, comandado por um regime comunista, não será usado para fins militares? Qual a finalidade de tal parceria e quais as contrapartidas entre os países mediante o referido acordo bilateral? Haverá alguma contrapartida que dará acesso à China a dados pessoais de cidadãos brasileiros e instituições de Estado? Se sim, quais são e que nível de segurança teremos garantido? Não é preocupante para a soberania nacional



um acordo com uma nação de regime comunista e que está sendo acusada de espionagem? Segundo reportagem do veículo UOL, embora tenha um entendimento de que haverá uso militar do satélite, "os americanos alegam que Pequim não faz distinção entre projetos civis e militares". Sendo assim, qual a garantia que teremos de que não seremos o próximo alvo?

No que diz respeito à **Amazônia**, declarações confusas do presidente da República sinalizaram que a região não seria exclusivamente brasileira. Então, quais estratégias e ações do Ministério da Defesa para emprego das Forças Armadas no combate ao desmatamento, à exploração ilegal de madeira, e ao garimpo ilegal? Segundo reportagem do jornal a Gazeta do Povo¹, a destruição no bioma amazônico e também no Cerrado no primeiro trimestre do ano bateu recorde. "A área desmatada em ambos os biomas em 2023 é equivalente a duas cidades do Rio de Janeiro (1,2 mil quilômetros quadrados)". O que o Ministério da Defesa tem feito para evitar tais números? Quais planos de prevenção e de combate estão sendo executados?

O site do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA²) mantém uma página que reúne várias informações favoráveis a parcerias com o país comunista chinês. Segundo o instituto, existe uma pesquisa de especialistas do próprio IPEA favorável a parcerias entre os dois países. Um dos trechos diz:

"O Brasil tem interesse também em cooperação tecnológica, particularmente no setor aeroespacial, tendo em vista a conclusão do sexto satélite conjunto com a China e o virtual início da discussão relativa ao sétimo satélite, instrumentos que monitoram a Amazônia e o desmatamento na região".
(IPEA)

Que cooperação tecnológica aeroespacial seria essa? E de que se trata a discussão sobre um sétimo satélite que monitoraria a região

1 Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/governo-lula-registra-recorde-de-desmatamento-no-cerrado-e-tem-segundo-pior-indice-na-amazonia/amp/>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

2 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/china>. Acesso em: 17 de abril de 2023.



amazônica? O ministério está participando dessas discussões a fim de garantir a soberania nacional nas referidas transações e negociações?

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para que o Ministro da Defesa seja ouvido por este colegiado.

Sala das comissões, em de de 2023.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA

